

CEJA >>

CENTRO DE EDUCAÇÃO
de JOVENS e ADULTOS

**CIÊNCIAS
HUMANAS**

e suas **TECNOLOGIAS** >>

História

Edição revisada 2016

Fascículo 8
Unidades 15 e 16

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Vice-Governador

Francisco Oswaldo Neves Dornelles

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário de Estado

Gustavo Reis Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado

Antônio José Vieira de Paiva Neto

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

PRODUÇÃO DO MATERIAL CEJA (CECIERJ)

Coordenação Geral de Design Instrucional

Cristine Costa Barreto

Elaboração de História

Gilberto Aparecido Angelozzi

Gracilda Alves

Sabrina Machado Campos

Denise da Silva Menezes do Nascimento

Márcia Pinto Bandeira de Melo

Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone

José Ricardo Ferraz

Priscila Aquino da Silva

Inês Santos Nogueira

Renata Moraes

Erika Arantes

Maria José Carvalho

Rafael Cupello Peixoto

Gustavo Souza

Claudia Affonso

Revisão de Língua Portuguesa

José Meyohas

Coordenação de

Desenvolvimento Instrucional

Bruno José Peixoto

Flávia Busnardo

Paulo Vasques de Miranda

Desenvolvimento Instrucional

Gabriel Ramos Gomes da Costa

Renata Vittoretti

Coordenação de Produção

Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção

Bianca Giacomelli

Projeto Gráfico e Capa

Andreia Villar

Imagem da Capa e da Abertura das Unidades

Andreia Villar

Diagramação

Camille Moraes

Filipe Dutra

Fernanda Novaes

Larissa Averbug

Mario Lima

Núbia Roma

Ilustração

Clara Gomes

Fernando Romeiro

Renan Alves

Vinicius Mitchell

Produção Gráfica

Patrícia Esteves

Ulisses Schnaider

Sumário

Unidade 15	Afasta de mim esse cale-se: a redemocratização brasileira	5
------------	--	---

Unidade 16	Para entender o mundo em que vivemos	35
------------	--------------------------------------	----

Prezado(a) Aluno(a),

Seja bem-vindo a uma nova etapa da sua formação. Estamos aqui para auxiliá-lo numa jornada rumo ao aprendizado e conhecimento.

Você está recebendo o material didático impresso para acompanhamento de seus estudos, contendo as informações necessárias para seu aprendizado e avaliação, exercício de desenvolvimento e fixação dos conteúdos.

Além dele, disponibilizamos também, na sala de disciplina do CEJA Virtual, outros materiais que podem auxiliar na sua aprendizagem.

O CEJA Virtual é o Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do CEJA. É um espaço disponibilizado em um site da internet onde é possível encontrar diversos tipos de materiais como vídeos, animações, textos, listas de exercício, exercícios interativos, simuladores, etc. Além disso, também existem algumas ferramentas de comunicação como chats, fóruns.

Você também pode postar as suas dúvidas nos fóruns de dúvida. Lembre-se que o fórum não é uma ferramenta síncrona, ou seja, seu professor pode não estar online no momento em que você postar seu questionamento, mas assim que possível irá retornar com uma resposta para você.

Para acessar o CEJA Virtual da sua unidade, basta digitar no seu navegador de internet o seguinte endereço:
<http://cejarj.cecierj.edu.br/ava>

Utilize o seu número de matrícula da carteirinha do sistema de controle acadêmico para entrar no ambiente. Basta digitá-lo nos campos "nome de usuário" e "senha".

Feito isso, clique no botão "Acesso". Então, escolha a sala da disciplina que você está estudando. Atenção! Para algumas disciplinas, você precisará verificar o número do fascículo que tem em mãos e acessar a sala correspondente a ele.

Bons estudos!



Afasta de mim esse cale-se: a redemocratização brasileira

**Fascículo 8
Unidade 15**

Afasta de mim esse cale-se: a redemocratização brasileira

Para início de conversa...



Figura 1: Aprovação da Constituição de 1988 (Foto: Agência Senado)

O que você observa nesta imagem? Onde se passa e quem seriam essas pessoas? Essa foto representa o momento no qual a atual Constituição brasileira foi aprovada, em 05 de outubro de 1988, na Câmara dos deputados. Mas você sabe o que é uma Constituição e para que serve? Ela é a lei máxima de um país e serve para regulamentar as relações entre os homens em uma sociedade. A nossa atual Carta Constitucional também é conhecida como Constituição Cidadã porque pôs fim aos anos de chumbo do regime militar, acabando com o resquício da ditadura e retomando a democracia no Brasil. A partir desse momento, o povo escolheria seus representantes.

Você lembra em quem votou nas últimas eleições? O processo eleitoral é uma parte importante da democracia, afinal, somos nós, cidadãos, através do voto, que escolhemos quem tomará as decisões mais importantes para todo o país. Mas, só votar de forma consciente não basta, precisamos fiscalizar e cobrar dos nossos candidatos durante todo o tempo em que estiverem nos representando.

Você já leu a nossa Constituição? Isso é um exercício de cidadania, pois conhecer a Constituição é uma forma de saber nossos deveres e direitos. Procure-a na biblioteca do seu colégio ou da sua cidade. Também é possível consultá-la pela internet (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Leia, informe-se e participe da nossa democracia.

Nessa unidade, aprenderemos como estava a situação política, econômica, social e cultural do Brasil no período de 1980 a 1990. Trataremos de assuntos como o mercado de trabalho, a cidadania, os movimentos sociais e a vida cotidiana dos brasileiros e brasileiras que viveram num período classificado por alguns como “década perdida”. Bom estudo!

Objetivos da aprendizagem

- Compreender os movimentos de dominação e resistência na ditadura civil-militar e no processo de redemocratização;
- Contextualizar os diferentes agentes que contribuíram para as sucessivas crises político-econômicas no Brasil;
- Analisar a situação socioeconômica brasileira e sua repercussão;
- Analisar o processo histórico de redemocratização e seus desdobramentos.

Seção 1

Redemocratização do Brasil

Você sabe quem faz as leis de nosso país? No Brasil, cabe ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas Estaduais e às Câmaras Municipais discutir e elaborar a legislação e está sob nossa responsabilidade, através do voto, escolher esses membros do poder legislativo. Todavia, senadores, deputados e vereadores não atuam de forma totalmente independente. Eles precisam manter uma relação de diálogo com o **chefe do poder executivo** que tem o direito de vetar as propostas apresentadas. Lembra-se que na aula sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil estudamos que o direito de voto foi restringindo, que perdemos o poder de escolher os nossos governantes? E você, considera o voto um momento importante? Pois saiba que milhares de pessoas foram às ruas, em todo o país, exigir o retorno da democracia e o direito de eleger o presidente da República. Era o movimento das Diretas Já!

Mas antes de abordarmos o contexto interno desse processo de redemocratização do país, é preciso lembrar que os fatores externos têm repercussão no Brasil, e nesse caso, não podemos esquecer o papel dos Estados Unidos (EUA). Afinal, a derrota dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã (1955-1975) mudou consideravelmente a sua política externa. Era preciso recuperar o apoio da população norte-americana e o prestígio diante dos demais países, principalmente aqueles que condenavam as suas ações bélicas. E o discurso anticomunista até então usado como pano de fundo para o apoio às ditaduras militares, inclusive no Brasil, já não convencia mais. Era preciso mudar de estratégia.

Assim, para recuperar seu prestígio dentro e fora do país, os EUA passaram a usar o discurso da defesa dos Direitos Humanos. Afinal, no que consistiam esses direitos? Essa forma do direito é a garantia aos homens, mulheres e crianças de que suas liberdades sejam garantidas e que todos os indivíduos sejam tratados de forma igualitária perante a lei.

Apoiar regimes autoritários latino-americanos e condenar a falta de democracia na União Soviética (URSS), não parece uma contradição? Cada vez mais ficava evidente o tratamento diferente dado pelos EUA aos países capitalistas e aos socialistas. A política do "faça o que eu mando, mas não faça o que eu faço" perdia força na América Latina. Esse novo discurso em defesa das liberdades e da igualdade pelo governo norte-americano associado à repressão, cada vez mais violenta, dos regimes ditatoriais, levou os EUA a advertirem publicamente o general Geisel sobre a violação dos direitos humanos no Brasil. Não custa lembrar que estamos nos referindo a uma época em que pessoas estavam sendo mortas, presas, exiladas, desaparecidas, como no caso da morte do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, durante o governo Geisel numa prisão do DOI-CODI, em São Paulo.



Figura 2: Vladimir Herzog.

Vladimir Herzog, jornalista da TV Cultura São Paulo – Fundação Padre Anchieta, militante do Partido Comunista Brasileiro, foi torturado até a morte nas instalações do DOI-CODI, no quartel-general do II Exército, em São Paulo, após ter se apresentado ao órgão para “prestar esclarecimentos” sobre suas supostas ligações e “atividades criminosas”.

Mas era apenas a preocupação com os direitos humanos que fazia os EUA passarem de aliados do governo militar a defensores da liberdade e da democracia? Certamente, a resposta é não! Havia também as questões econômicas, principalmente o desejo de pôr fim ao estatismo e intervencionismo praticados pelo Brasil – uma das economias mais fechadas do mundo, com suas estatais em segmentos estratégicos (petróleo, siderurgia, energia elétrica, telefonia, etc.) – possibilitando a abertura de alguns setores da economia brasileira aos investimentos, empresas e capitais estadunidenses.

Desejava-se assim, não apenas a liberdade política e individual, mas também a liberdade econômica.

Se os interesses norte-americanos nos ajudam a entender o apoio da maior potência na abertura política do Brasil, as questões econômicas também são fundamentais para compreender as oposições internas a ditadura militar. Os problemas derivados da crise e recessão mundial abalaram nosso equilíbrio financeiro e mostraram as limitações do “milagre brasileiro” que não foi capaz de manter o processo de crescimento econômico.

Você já ouviu o provérbio “é melhor amigo na praça do que dinheiro no bolso”? Essas palavras da sabedoria popular não se aplicavam ao momento que os brasileiros viviam. Vários setores da sociedade deixaram de ver os militares como o “amigo na praça” que resolveria os problemas do país (como o medo do comunismo e da desordem, a promoção do crescimento econômico aliado ao bem estar social). Ao mesmo tempo a crise e a falta de recursos aumentavam o desejo de ter “dinheiro no bolso”: a opinião pública espremida entre o arrocho salarial, o aumento dos preços e a censura política, se voltou contra o regime. A crise econômica foi, portanto, um fator fundamental na crescente oposição ao regime militar e no processo de abertura política.

Essa crescente oposição interna e externa levou os militares a atuar e governar no sentido de uma abertura política de forma lenta, gradual e segura, para:

- não entrar em conflito direto com os representantes da linha dura, ou seja, os militares menos favoráveis ao retorno do poder aos civis;
- não permitir a chegada ao poder dos principais opositores do regime militar e
- ao mesmo tempo não permitir uma mudança brusca, uma derrubada do poder militar. Seria, assim, uma mudança dentro da ordem e sob o comando dos próprios militares.

Em 1974, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência, dando início a um lento processo de transição em direção à democracia. Seu governo coincidiu com o fim do milagre econômico em função da crise do petróleo e da recessão mundial que diminuíram créditos e empréstimos ao Brasil. Neste momento, ao lado da recessão cresceu a oposição ao regime, tornando cada vez mais necessárias ações que dessem sinais de abertura.

No sentido de uma abertura gradual e ordenada e acreditando que tinha o povo e a opinião pública ao seu lado, a ditadura realizou eleições para o Parlamento, em 1979. Mas diferentemente do que os governantes esperavam, a eleição foi uma estrondosa vitória da oposição. O êxito do MDB nas urnas foi um sinal da insatisfação do povo com o regime. Ao se dar conta das limitações de seu prestígio, os militares se rearticularam e aumentaram os atos de violência, tal como observamos no episódio do Riocentro. Todavia, diante da insatisfação popular em meio à crise econômica e do aumento do apoio político dado à oposição nas eleições, Geisel toma medidas no sentido da redemocratização: em 1978, o AI-5 é abolido e o direito ao *habeas corpus* foi restabelecido.



Figura 3: Reportagem do Jornal do Brasil sobre o atentado do Riocentro.



Figura 4: Carro com o corpo do oficial que segurava a bomba no Atentado do Riocentro.

Ao mesmo tempo, crescem as manifestações. A sociedade não assistiu passiva e calada aos desmandos do regime. Sindicatos, Igreja, imprensa, artistas, enfim, diversos setores da sociedade se mobilizaram contra a ditadura militar. O processo de abertura deixou de ser conduzido pelos militares e passou para as mãos da sociedade civil, tendo à frente instituições como:

- a ABI (Associação Brasileira de Imprensa),
- a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil),
- o CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros) e
- as Universidades.

Nesse momento também ganham força as grandes mobilizações de massa pela Anistia e pelas Diretas Já!

Como você já viu, inúmeras foram as formas de resistência ao regime militar: lutas armadas, guerrilhas, passeatas, movimentos artísticos. Assim, várias manifestações populares se espalharam pelo país, dentre as quais podemos destacar as dos trabalhadores e dos estudantes. Nesse contexto, assumiu a presidência o general Figueiredo que governou de 1979 a 1985. Seguindo na linha de uma lenta abertura do regime, Figueiredo publicou a lei da **Anistia** que permitia o retorno de exilados e condenados por crimes políticos e aprovou a lei que restabelecia o pluripartidarismo no país. Os partidos até então permitidos continuaram a atuar com novos nomes (a ARENA passou a ser denominada PDS e o MDB mudou o nome para PMDB) e outros partidos foram criados, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Esses novos partidos terão uma atuação importante no retorno da democracia, destacando no cenário nacional políticos como Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Lula, que irão liderar a mobilização da sociedade em prol das eleições diretas para presidente da República.

A campanha pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” foi coordenada por um comitê formado por intelectuais, artistas, jornalistas, políticos progressistas, religiosos de vários credos, sindicalistas e estudantes, no final dos anos 70, denominado Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA).

Familiares, amigos e advogados de vítimas do regime militar começam a tecer redes de informações e de proteção aos militantes e às atividades políticas. Em 1975, é criado o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA).

Em 1978, surge o movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e são criados vários comitês pelo Brasil com a efetiva participação dos familiares de presos, perseguidos e desaparecidos políticos. Fora do país, também são criados vários comitês, principalmente onde haviam exilados brasileiros. Os sindicatos também ingressam na luta pela Anistia em 1979, fortalecendo o movimento.

Pressionado, o regime militar envia um Projeto de Lei da Anistia ao Congresso Nacional, que não atende às expectativas e objetivos da campanha. Os presos políticos iniciam, em todos os presídios, greve de fome nacional que duraria um mês (22 de julho a 22 de agosto), coincidindo com a votação do Projeto no Congresso. No dia 28 de agosto de 1979, deputados e senadores votam e aprovam a proposta da ditadura militar.

Presos políticos são liberados e alguns exilados voltam para o Brasil. Embora, a sociedade tivesse muitos motivos para comemorar essa “vitória”, a Lei aprovada também anistiava mandantes e torturadores.

In: http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=89



Figura 5: Manifestações a favor da anistia.

Saiba Mais

Pelo direito de enterrar meus entes queridos.

Após a redemocratização, parentes das vítimas e entidades de direitos humanos passaram a pressionar os sucessivos governos para obter informações sobre os desaparecidos e a localização de seus restos mortais. Em 1995, enviaram uma petição à Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, solicitando intervenção junto ao governo brasileiro pelo direito à informação sobre os desaparecidos políticos.

Em 2011 foi criado o Grupo de Trabalho Araguaia com o objetivo de “coordenar e executar, conforme padrões de metodologia científica adequada, as atividades necessárias para a localização, recolhimento, sistematização de todas as informações existentes e identificação dos corpos de pessoas mortas na Guerrilha do Araguaia”. E em 2012 foi instalada a Comissão Nacional da Verdade para investigar as violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 por agentes do Estado.

(UFJF)

Atividade

1

	
Disponível em: http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=4212:mulheres-na-luta-armada-contra-a-ditadura Acesso em: 27, setembro, 2013.	Disponível em: http://feeds.feedburner.com/DitaduraMilitarImprensaELutaArmadaNoBrasil Acesso em: 27, setembro, 2013.

No Brasil, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), observamos um endurecimento do governo com a promulgação do AI-5, que deu ao presidente da República o poder de cassar mandatos, suspender direitos políticos, intervir nos estados e municípios e fechar o Congresso Nacional. Por sua vez, a oposição aos militares ganhou força com protestos de diferentes grupos contrários à ditadura.

Identifique dois tipos de movimentos contrários ao governo militar, diferenciando suas estratégias de atuação e reivindicações.

Anote suas respostas em seu caderno

Em 1984, o Congresso Nacional rejeitou a emenda que estabelecia a eleição direta para o cargo de presidente da República. Isso significou a continuidade da ditadura? Não! Já não era mais possível ignorar as demandas da população que exigia o restabelecimento do regime democrático e ansiava pelo direito de escolher seus governantes. Nesse contexto de desgaste e falta de apoio, o PSD, partido que apoiava os militares, lançou a candidatura de um civil – Paulo Maluf – e o PMDB com apoio da oposição ao regime indicou Tancredo Neves (1910-1985). No Colégio Eleitoral que escolheria o novo presidente, Tancredo conseguiu a maioria dos votos necessários para assumir o governo do Brasil. Era o fim do governo militar, mas não o início do comando civil do país por Tancredo. O recém-eleito de forma indireta faleceu dias depois e a presidência foi assumida por seu vice – José Sarney, em 21 de abril de 1985. Tem início assim, uma nova e democrática fase de nosso país.

Sarney herdou os problemas econômicos do fim do "milagre econômico" do período militar. O Brasil sob sua presidência tinha uma taxa inflacionária na casa de 12,7%, o que consumia boa parte do salário dos trabalhadores e trabalhadoras. O que o seu governo procurou fazer para combater a inflação?

Para garantir o controle da alta dos preços, o governo Sarney lançou uma série de planos econômicos para diminuir a inflação. O primeiro deles foi o Plano Cruzado. Posto em prática, em 1986, essa medida congelava por um período de um ano os valores dos aluguéis, salários, tarifas públicas. A antiga moeda – o Cruzeiro – foi substituída pelo Cruzado. Criaram-se os "fiscais do Sarney", cidadãos comuns, que vigiavam se os donos dos estabelecimentos aumentavam os preços. Caso eles subissem os preços eram denunciados e muitas vezes recebiam voz de prisão.

Inicialmente, essas medidas detiveram o aumento da inflação e aumentaram a popularidade do presidente. Entretanto, o Plano Cruzado apresentava uma série de problemas e acabou gerando no país uma crise de abastecimento de diferentes produtos perecíveis e não-perecíveis. Em 1986, próximo às eleições estaduais, o governo manteve a política de congelamentos com receio de queda de popularidade.



Figura 6: Mapa das eleições de 1986.

As eleições de 1986 foram centrais para a redemocratização do nosso país, por dois motivos:

- ela elegeu os deputados para o Congresso Nacional, que funcionaria como uma Assembleia Constituinte responsável por elaborar a nova Constituição;
- era mais um exercício de eleição dos governos estaduais, que nessa ocasião deu ampla vitória ao PMDB que elegeu basicamente os governadores dos estados brasileiros, com exceção do Piauí que escolheu um político do PFL.

Passadas as eleições e com o esgotamento do Plano Cruzado, o presidente Sarney resolveu abolir o primeiro plano econômico e criar um novo: o chamado Plano Cruzado II. Por esse pacote econômico os preços dos produtos como dos serviços foi reajustado, assim como, os salários. O congelamento dos preços não foi mantido e o presidente assistia sua popularidade despencar entre a parcela mais pobre da sociedade. O Plano Cruzado II também não obteve muito sucesso, pois trazia de volta a inflação. Era muito comum nos supermercados os preços dos produtos mudarem ao longo do dia, por exemplo, se 5 kg de arroz custassem pela manhã 2 cruzados, no final do dia, poderiam sofrer variações, indo para 3 cruzados. Essa variação era decorrente da inflação.

Novamente, numa tentativa de solucionar o problema o governo lançou em junho de 1987 o Plano Bresser. Por esse plano, houve o retorno do congelamento dos preços de forma flexível e uma desvalorização do Cruzado em relação ao dólar. Esse plano trouxe ao Brasil recordes de taxas inflacionárias. Para resolver o problema, Sarney lançou em 1989 o Plano Verão que mantinha o congelamento dos preços, serviços e salários e criava uma nova moeda: o Cruzado Novo. No fim, nenhum desses planos trouxe medidas positivas para a economia brasileira. Na área econômica seu governo terminou com uma inflação de 2.751%. Se na área econômica foi turbulento, no setor político e social não foi diferente.

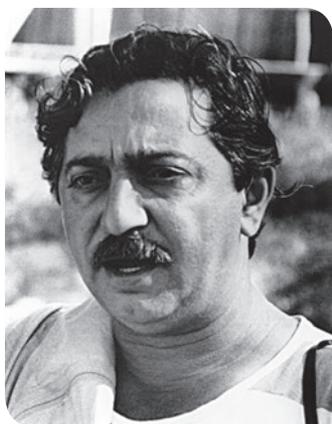


Figura 7: Chico Mendes.

Nas cidades, as mobilizações se intensificavam com as greves e no campo com as lutas entre os camponeses e latifundiários. Uma tragédia desses confrontos foi a morte do seringueiro Chico Mendes, em 1988, no Acre. Ele foi morto por ter lutado pela preservação da Amazônia e por defender a permanência dos seringueiros que eram expulsos de suas terras em favor dos interesses dos latifundiários e da agroindústria que desejavam explorar a fauna e flora da Amazônia.

Nesta democracia que não conseguiu solucionar os problemas relacionados à crise econômica e na qual ainda presenciávamos vários problemas sociais, chega ao fim o mandato de José Sarney, e em 1990 é eleito Fernando Collor de Mello.

Seção 2

Trabalho e cidadania no Brasil (1980-1990)

Para muitos economistas, a década de 1980 ficou conhecida como década perdida por ter sido esse um período de crise econômica. Com uma economia cada vez mais dependente, pautada no capital estrangeiro, na subordinação ao movimento internacional do capital, os problemas vivenciados por outros países rapidamente repercutiam no Brasil, tal como aconteceu com a crise internacional do petróleo. Apesar do Brasil ter um reconhecimento internacional, a economia do país se tornava cada vez mais dependente dos fatores externos e das decisões políticas cada vez mais influenciadas pelos interesses do capital internacional.

Essa situação vivida pelo Brasil, se deve em grande medida aos problemas econômicos decorrentes da crise internacional do petróleo, em 1973, que se traduziu em aumento da dívida externa e forte recessão que puseram fim ao "milagre econômico brasileiro". O crescimento econômico cada vez mais modesto somado à perda da capacidade de investimento no setor produtivo e a crescente dívida externa diminuíram a capacidade governamental de investimentos em setores ligados ao bem estar dos trabalhadores.

Ao tratarmos de política e economia na década de 80 do século passado não podemos deixar de lado a discussão sobre cidadania, já que a crise econômica do Estado pode afetar a garantia de direitos. A ampliação da competição internacional faz pressão sobre o custo da mão de obra e das políticas públicas, o que por sua vez afeta a questão do emprego e dos gastos do governo, elementos fundamentais para a garantia dos direitos sociais.

Analisando o caso inglês, Marshall distingue três dimensões básicas de cidadania, que por sua vez está plenamente vinculada à ideia de direitos. Em primeiro lugar temos os direitos civis, ou seja, aqueles direitos que asseguram a liberdade, a igualdade e a manifestação de pensamento dos membros de uma comunidade. Estes direitos, segundo o autor, são uma histórica reação ao absolutismo, com vistas a impor limites à ação do Estado. Em segundo lugar, temos os direitos políticos, isto é, aqueles que dizem respeito à participação dos indivíduos no governo de sua comunidade e através dos quais a maioria pode se resguardar da minoria. Em terceiro lugar temos os direitos sociais, cujo objetivo principal é garantir as condições de vida e de trabalho da população e os meios de viabilizar o bem-estar social. Nesse sentido, educação, saúde e trabalho constituem os elementos básicos dos direitos sociais, os quais atualmente implicam em expansão da ação do Estado visando à ampliação da proteção do cidadão e assegurando a participação, ainda que pequena, na riqueza coletiva.



No século passado tivemos importantes conquistas de direitos sociais em períodos de limitação dos direitos políticos e individuais. Isto pode ser observado durante a ditadura civil de Vargas, com as conquistas dos trabalhadores urbanos, e em relação aos trabalhadores rurais durante a ditadura militar. Atualmente, ao lado e de acordo com a Constituição, temos diversos ramos do direito que gradualmente têm contemplado e ampliado a cidadania de segmentos da sociedade antes preteridos, tais como crianças e adolescentes, idosos, consumidores, etc. Isto mostra que a cidadania deve ser encarada como um processo que inclui novas demandas e, portanto, implica na luta permanente por direitos.

O Estado "constitucional de direito" se desenvolveu a partir da Segunda Guerra Mundial e se aprofundou nos últimos 25 anos do século XX. Especificamente no Brasil, a constituição de 1988 não apenas impõe limites ao legislador e ao administrador, mas também determina deveres de atuação, devendo garantir direitos básicos aos cidadãos, tais como, saúde, segurança e educação. A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, garantiu os direitos já adquiridos e ampliou os direitos civis e políticos, todavia, olhando a nossa volta podemos observar que a resolução da questão social ainda representa um longo caminho a ser percorrido. Nesse sentido, devemos ter sempre um olhar crítico com o objetivo de questionarmos a (des)igualdade de acesso à justiça expressa na lei, tendo como base a realidade e a importância das relações de gênero, de "raça" e de diferenciação social no acesso aos diversos dispositivos que formam nosso sistema legislativo. Ou seja, apesar da existência da Lei que garante nossos direitos, devemos refletir sobre os mecanismos excludentes da atualidade e discutir práticas que permitam a efetiva universalização dos direitos e do acesso à justiça, bem como a neutralização de mecanismos discriminatórios.

Além dos fatores políticos e econômicos, a cidadania e o trabalho devem ser pensados dentro de uma temática que tem chamado atenção e levantado discussão de especialistas, mas que não se resume a eles, já que afeta a todos nós: a questão ambiental. Os estudos do clima, das calamidades decorrentes da intervenção humana na natureza, dos ciclos epidêmicos, das condições ambientais originais e das modificações introduzidas pelo ser humano estão intimamente relacionados aos direitos e deveres próprios de todo cidadão. Ser cidadão é, portanto, refletir sobre as potencialidades e limitações da ação humana na organização dos espaços, assim como sobre a influência da natureza nas sociedades estudadas, já que os recursos naturais não são apropriados de forma igualitária.

A história ambiental teve, durante muito tempo, pouca atenção dos historiadores que, sob o temor de cair num determinismo geográfico, deixaram de lado as interações entre história natural e história social. Atualmente os estudiosos acreditam que o diálogo entre os estudos históricos e os geoambientais nos permitem entender como os seres humanos foram, através do tempo, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados.

A partir deste modelo de estudo, podemos analisar a relação entre elementos naturais e socioeconômicos, como por exemplo, as questões relativas ao mercado consumidor, aos regimes de trabalho e custos de mão de obra de acordo com a atividade desenvolvida (na agricultura, no setor industrial ou no extrativismo mineral), de transporte dependendo da prioridade dada ao transporte terrestre ou aquático, as diferenças de desenvolvimento e aproveitamento da matéria-prima no seu habitat natural e nas regiões de plantação, os tipos de sociedades formadas em torno de diferentes recursos naturais, etc. Ou seja, podemos melhor compreender a relação entre as culturas materiais humanas e a natureza, na medida em que cultura e natureza não estão dissociadas.



Saiba Mais

Cada sociedade elabora suas regras normatizadoras da relação entre o ser humano e a natureza e suas concepções de espaço natural a ser apropriado e espaço natural a ser preservado. Nesse sentido, o capital natural a ser preservado está ligado às questões sociais, culturais e econômicas da sociedade detentora de tal recurso. Tempos atrás, alguns cientistas acreditavam que os limites naturais para o desenvolvimento econômico e a persistência da pobreza estariam diretamente relacionados à falta de recursos naturais gerada pela superpopulação. Todavia, hoje sabemos que a pobreza é socialmente produzida e a limitação dos recursos está atrelada a interesses político-econômicos.

Ou seja, a pobreza não está necessariamente ligada à escassez de recursos naturais e sim a ações políticas e econômicas que permitem ou restringem o acesso a esses recursos. Se apenas a riqueza natural determinasse a riqueza do país, não haveria pobreza no Brasil, afinal somos caracterizados pela riqueza e diversidade de recursos naturais, não é mesmo?

O que gera a pobreza são as formas de dominação e apropriação dos recursos desigualmente distribuídos e disputados por interesses muitas vezes divergentes. Esses interesses e apropriações podem gerar conflitos políticos e lutas territoriais, bem como a manutenção de privilégios e da desigual divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, devemos observar o caso do nordeste brasileiro: durante muito tempo se atribuiu os problemas econômicos a escassez de água na região. Todavia, temos importantes áreas produtoras de gêneros agrícolas em terras irrigadas. Pare e pense: porque a água chega em algumas propriedades e em outras não? Será que esse monopólio de um recurso natural tão importante na garantia de direitos como saúde e trabalho afeta o exercício da cidadania da população nordestina? De que maneira?

E na região sudeste, no Rio de Janeiro, também temos problemas de acesso a direitos relacionados ao uso dos recursos naturais? Certamente os problemas ambientais e os de saúde deles decorrentes a partir de relações centro-periferia estão presentes no nosso dia a dia. Esta divisão centro-periferia que produz problemas socio-ambientais deve ser vista sobre o duplo pilar da cidadania: a garantia de usufruir de direitos e o cumprimento de nossos deveres. E por falar em deveres, não podemos esquecer que os problemas sociais decorrentes das questões ambientais também são fundados num sistemático desrespeito à natureza e para minimizar tal problema é preciso que cada cidadão faça a sua parte. Devemos, também, lutar pela justiça ambiental que foca sua ação na preocupação com os aspectos político-econômicos e socioculturais. O impacto das catástrofes naturais não seria tão devastador se não fosse a influência da ação humana que ocorre por meio da progressiva invasão em áreas de riscos ambientais. Por outro lado, os problemas ambientais não seriam tão graves se o Estado cumprisse com seu papel de garantidor de direitos sociais, que por sua vez requerem intervenções, tais como saneamento básico e política habitacional. Na medida em que se trata de "bem de uso comum do povo", o direito ao desenvolvimento sustentável e o dever de promovê-lo deve passar pela formação de comportamentos sociais saudáveis, pela garantia de um ambiente sadio e pela implementação de políticas públicas que preservem os recursos, possibilitem o desenvolvimento econômico e a diminuição dos problemas sociais.

O crescimento e o consumismo exagerado da sociedade atual colocaram uma grande questão para todos nós pensarmos. De que adianta crescer de forma desordenada e exagerada e destruir os recursos naturais que são necessários para a sobrevivência humana? Por isso, um conceito em alta no mundo atual é o de desenvolvimento sustentável. Você sabe o que isso significa? Para melhor compreender é preciso diferenciar crescimento de desenvolvimento. O primeiro leva em consideração apenas o acúmulo de riqueza e o aumento da produção, sem se preocupar com a promoção da igualdade social. Já o desenvolvimento sustentável se preocupa com a preservação do meio ambiente e busca não apenas gerar riqueza, mas também redistribuí-la de modo a melhorar a qualidade de vida de toda população.

Assim, o crescimento econômico é necessário, mas não suficiente para o desenvolvimento sustentável, que pressupõe um processo de inclusão social, criando oportunidades e opções para que todo brasileiro tenha acesso a uma vida longa e saudável, a rendas mais elevadas e a conhecimentos técnicos e culturais.

O desenvolvimento sustentável se preocupa com:

Na esfera econômica: aumento efetivo da renda das pessoas; aumento da capacidade produtiva da região; integração das cadeias produtivas locais à cadeia produtiva que a empresa está inserida; informação e crescimento como fatores econômicos contemporâneos;

Na esfera social: acesso à educação; atenção à terceira idade; redução da exclusão;

Na esfera ambiental: respeito às leis ambientais; preservação do espaço urbano/rural; valorização de ecossistemas;

Na esfera cultural: Preservação do patrimônio cultural; valorização das manifestações culturais; incentivo à produção cultural; valorização das identidades locais.

Informações retiradas de: Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias. Ministério do Meio Ambiente, 2004.

Saiba Mais

Veja as imagens, leia os trechos a seguir e elabore um pequeno texto relacionando direitos sociais, deveres do Estado e problemas socioambientais.



São Gonçalo (RJ) em 2010.



Itaipava (RJ) em 2011.

1. "Um dos locais mais gravemente afetados por deslizamentos foi o morro do Bumba, em Niterói. O morro é de fato um lixão, desativado desde 1981. Num filme de 1980, de autoria de Ronaldo German, são mostrados os caminhões constantemente trazendo lixo sem nenhum tratamento, o que ocorreu por aproximadamente 15 anos".
2. "(...) Desde o início dos anos 2000, já vinham sendo registrados deslizamentos de terras e desabamentos de casas nessa área instável e contaminada. Todavia, a expansão do assentamento foi tolerada e mesmo estimulada pelo Poder Público municipal, que, em 1996, realizou obras de urbanização sobre terrenos onde nada deveria ser construído. Os riscos para a população eram conhecidos. Além da instabilidade do terreno, a decomposição do lixo resulta na produção de metano (com risco de explosões) e de chorume - o percolato tóxico. No morro do Bumba, casas, reservatórios de água e lixo compartilham o mesmo espaço (...)".

Atividade

2



"Segundo o coordenador do grupo de análise de risco tecnológico e ambiental da Coppe/UFRJ, engenheiro Moacyr Duarte, o solo do Morro do Bumba estava saturado e nada seria capaz de evitar o desmoronamento. O especialista recomenda a implementação de medidas preventivas, pelo Poder Público - remoção de famílias em áreas de risco, impedimento da ocupação de encostas e recomposição da cobertura vegetal. 'Existem outros terrenos, que não são lixões, e que também estão em risco. É um processo cumulativo. Não é por falta de conhecimento técnico que aconteceu esta tragédia', conclui."

Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Desastres_naturais_no_Rio_de_Janeiro_em_abril_de_2010

"O ano de 2011 mal começou e uma nova tragédia atingiu o Rio de Janeiro no dia 11 de Janeiro. Uma forte chuva caiu sobre a Região Serrana causando grandes estragos para as cidades da região. As cidades de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis foram as mais atingidas, foram quase 800 mortos, em uma semana, mais de 21 mil desabrigados e muitos desaparecidos, ainda procurados pelas equipes de resgates. A chuva não deu trégua e continua a atingir a região e a previsão é de mais chuvas.

(...)

Uma das tragédias mais impressionantes em 2010 no Brasil atingiu os estados de Alagoas e Pernambuco, mais de 100 mil pessoas deixaram suas casas e mais de 40 pessoas morreram. Cidades ficaram destruídas. O Rio Mundaú e o Rio Paraíba transbordaram e como a região é desmatada, a água ganhou velocidade em direção ao leito dos rios, as enxurradas arrasaram cidades inteiras da zona da mata".

Texto disponível em <http://webeduc.mec.gov.br/enchentes/index.php>

Anote suas respostas em seu caderno



Figura 8: Não ser mais escravo significava ser livre?

Podemos falar em democracia e cidadania nas áreas em que as pessoas não têm assegurados seus direitos sociais, como, por exemplo, em regiões onde o trabalho escravo ainda existe? A escravidão foi abolida definitivamente através da Lei Áurea, promulgada em 1888. Mas isso significou o fim do trabalho escravo no Brasil? Não, a escravidão ainda persiste. É uma escravidão diferente daquela dos períodos colonial e imperial. Antes a escravização se dava por meio da captura do negro que era considerado uma mercadoria, uma propriedade de seu senhor. Hoje esse fenômeno se dá através de uma nova dinâmica, por meio da negação do direito de ir e vir dos trabalhadores, do não pagamento de salários, do endividamento desses trabalhadores e do trabalho sem garantias sociais e sem direitos trabalhistas.

Não há dúvidas de que a escravidão por dívida está ligada à pobreza e à falta de opção de trabalho para as populações rurais e para trabalhadores de outros países que vêm para o Brasil. De acordo com dados do governo, entre 2005 e 2008, mais de 20 mil pessoas foram libertadas de condições semelhantes à escravidão.

Algumas medidas estão sendo tomadas pelo poder público para tentar erradicá-lo, como por exemplo, o confisco das terras onde se constate trabalho escravo, a proibição do governo de fazer contrato com empresas que explorem este tipo de trabalho. Apesar disso, a existência do trabalho escravo no Brasil é uma realidade e a persistência da escravidão é um problema que ainda está longe de ser resolvido.

Seção 3

Transformações sociais e culturais (1980-1990)

Resistir é preciso...

Para o mundo, a década de 1980 foi um período muito tumultuado e de crises. Esse período foi chamado, por alguns, de "década perdida", como você já estudou anteriormente. Se foi uma "década perdida" economicamente, o mesmo terá se repetido social e culturalmente? Muito pelo contrário, com a redemocratização do nosso país os movimentos sociais e as manifestações culturais voltaram a experimentar as diferentes liberdades – individual, coletiva, imprensa, organização, artística – símbolos de um país democrático.



Figura 9: Os manifestantes do MST.

Você sabe o que essa bandeira representa? Ela é o símbolo do MST – **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Provavelmente, você já assistiu ou leu reportagens de que esse grupo ocupou latifúndios. Você sabe o que é latifúndio? Chamamos de latifúndio uma grande faixa de terra, que pertence a um único dono, família ou empresa. Ele pode ser produtivo – como as grandes fazendas de café, cana de açúcar, laranjais, etc, ou de criação de animais – ou improdutivo, uma terra sem ou com baixíssima produção agrícola ou pecuária.

Ao olharmos para a imagem dos manifestantes do MST, podemos perguntar: O que levou esses homens e mulheres para as ruas? Qual o objetivo deles? Pelo o que estão lutando? A faixa ao fundo traz a seguinte frase: "Acusamos os três poderes de impedir a Reforma Agrária". Desde o seu surgimento, no início da década de 1980, o MST tem como luta política e social a Reforma Agrária. Mas o que é isso? A Reforma Agrária consiste na divisão de propriedades rurais com objetivos sociais, ou seja, é permitir o acesso à terra ao agricultor que não tem condições materiais de adquiri-la para torná-la produtiva.

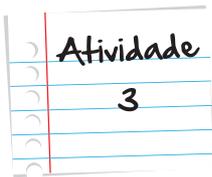
No Brasil, a partir da Constituição de 1988 (atual), o Estado tem a obrigação de adquirir os latifúndios improdutivos e promover a sua redistribuição para as famílias camponesas sem terra. Assim, o que faz homens e mulheres do MST até hoje se reunirem é a busca de uma efetiva política de Reforma Agrária aliada à reivindicação de melhores condições de: educação no campo, saúde, linhas de crédito e financiamento para a produção agrícola das famílias assentadas.

Nas telas no país...

				
Figura 10 : Rede Globo	Figura 11 : Rede Manchete	Figura 12: Rede Bandeirantes	Figura 13: Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)	Figura 14: Rede Record

Na década de 1980, o mundo do entretenimento ou cultural passou por transformações. Da censura da ditadura militar a uma ampliação dos meios de comunicação e suas programações jornalísticas, dramatúrgicas, esportivas e humorísticas. Você conhece todas as logomarcas do quadro? Já assistiu a todos esses canais? Será que seus designs permanecem os mesmos? A Rede Globo, a Rede Manchete, a Rede Bandeirantes, o SBT e a Rede Record eram muitas das concessões televisivas de nosso país.

Vimos que José Sarney, eleito como vice de Tancredo Neves, tomou posse em 1985 com um mandato regido pela Constituição do período militar que fixava um período de 6 anos no poder. Tancredo, por sua vez, desejava a redução para 4 anos e Sarney junto aos constituintes conseguiu que o mandato durasse 5 anos. Alguns historiadores, sociólogos e cientistas políticos observaram que ele pressionou deputados ou fez a concessão de vias de rádios e canais de televisão como uma forma de agrado. E podemos observar que de fato, o número de canais de comunicação durante o seu mandato cresceu. Segundo dados da Federação Nacional dos Jornalistas, no governo José Sarney (1985-1990) havia 1.091 concessões entre rádio e televisões. E conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) existiam nos domicílios brasileiros 56,10% de aparelhos televisores entre os de aspecto TV preto e branco e TV a cores. Nessa época, qual o tipo de aparelho televisor existia na sua casa?



Leia os trechos de texto a seguir:

“Após o debate entre Collor e Lula, na eleição presidencial de 1989, as pesquisas de opinião apontavam vitória de Collor. Mas o Jornal Nacional exagerou na dose. Durante 3min34s, mostrou Collor enfático e seguro. Lula mereceu 2min22s e trechos em que aparecia trocando a palavra "seca" por "cerca". Dois dias depois, Collor, que começara a semana com 1% de intenção de votos acima de Lula, ganhou a eleição com vantagem de 6%.

(...)

A primeira vez que a Globo lançou moda foi na novela *Dancin' Days*, em 1978, que difundiu discotecas e popularizou as meias "lurex". "Tomamos um susto com o poder das novelas", diz Marília Carneiro, figurinista da emissora. Outros sucessos: mais de 200 mil dos anéis-pulseiras usados por Jade (Giovanna Antonelli) em *O Clone*, foram vendidos. E aumento de 85% na produção de perucas no Brasil por influência de Sinhozinho Malta (Lima Duarte), de Roque Santeiro.”

Fonte: <http://super.abril.com.br/cultura/voz-brasil-445717.shtml>

Escreva um comentário sobre a importância da televisão na vida dos brasileiros e brasileiras. Procure levar para sala e discuta com seu professor e seus colegas de classe.

Anote suas
respostas em
seu caderno

Assim, a televisão era um meio de comunicação que além de informar a população sobre os acontecimentos políticos de nosso país como a morte do presidente Tancredo Neves (1985), também funcionava como meio de entretenimento. Ao transmitir, por exemplo, a Copa do Mundo de 1986 (México), servia como fonte de diversão das classes populares, alcançando também, grandes índices de audiência com as novelas e programas clássicos como *"Quem quer bacalhau?"* do Abelardo Barbosa, conhecido por Chacrinha. Aos poucos, a TV foi ganhando os lares brasileiros, ao lado do rádio, como um importante mecanismo de informação, entretenimento e formação de opinião.

Resumo

- A partir da promulgação do AI-5, que aumenta a repressão e a violência contra os opositores do regime militar e, por outro lado, crescem os movimentos de dominação e resistência à ditadura civil-militar;
- As críticas ao governo militar estão associadas aos acontecimentos externos, tais como o discurso norte-americano em favor das liberdades política e individual e a crise internacional do petróleo que repercutiu no Brasil através de aumento da inflação, da dívida brasileira e dos preços e queda no valor dos salários;
- A abertura política foi lenta e gradual e o processo de redemocratização contou com a participação ativa de diversos setores da sociedade brasileira;
- Os primeiros presidentes civis, após o fim do regime militar, enfrentaram graves problemas econômicos e foram marcados pela tentativa de conter a inflação;
- O retorno da democracia exigiu uma mudança na legislação brasileira. Para tanto foi elaborada uma nova constituição, Constituição Cidadã de 1988, que ainda está em vigor e que dentre muitas características promovia a liberdade de escolha dos governantes do Brasil, evidenciava a função do Estado como promotor do bem-estar social e garantidor dos direitos e liberdades individuais;
- O crescimento do número e das reivindicações dos movimentos sociais como uma importante característica do processo democrático brasileiro atual;
- A influência dos meios de comunicação, principalmente a televisão, na atualidade.

Veja ainda...

Documentários:

- História do Brasil por Boris Fausto – Redemocratização. 30 minutos

O documentário com apresentação e discussão do cenário político, social e econômico do Brasil faz um balanço do período da redemocratização.

Disponível em: http://tvescola.mec.gov.br/index.php?option=com_zoo&view=item&item_id=2268

- Reflexões sobre o Golpe Militar. Duração: 3.03.

O documentário discute o golpe militar que depôs o presidente João Goulart do poder e instaurou uma ditadura no Brasil que perdurou por 20 anos.

Disponível em: http://www.sesctv.org.br/destaque.cfm?id=7798&destaque_id=4

Filme:

- Eles não Usam Black-tie (1981). Direção: Leon Hirszman.

O filme conta a história de um casal de namorados, Tião (Carlos Alberto Riccelli) e Maria (Bete Mendes), que ao saber que irão ter um filho, resolve se casar. Com muita esperança planejam uma nova vida para que possam dar de tudo à criança que vai nascer. No entanto, um movimento grevista estoura na fábrica onde eles trabalham em São Paulo e a felicidade dos dois começa a desmoronar. Esse movimento divide os operários da fábrica. Pensando no casamento e no bem-estar do casal, Tião decide furar a greve e continuar trabalhando, entrando em conflito com seu pai Otávio (Gianfrancesco Guarnieri), o líder do movimento, um sindicalista preso nos tempos do Regime Militar.

Bibliografia Consultada:

ALVES, José Eustáquio Dinis. *As características dos domicílios brasileiros entre 1960-2000*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. "A cidadania após a redemocratização". In: *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Venturas e desventuras de uma república de cidadãos. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura – regime militar movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VAINFAS, Ronaldo e et alli. *História: o mundo por um fio: do século XX ao XXI*. Volume 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

Imagens



• Acervo pessoal • Andreia Villar



• <http://www12.senado.gov.br/noticias/imagens/2010/12/30/imagem298333>



• <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000003264/md.0000036461.jpeg>



• http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Not%C3%ADcia_Riocentro.jpg



• <http://http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Riocentro-300x172.jpg>



• <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000001330/md.0000015825>



• <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000001330/md.0000015830.jpg>



• <http://www.ufjf.br/atenado/files/2013/12/HistóriaDiscursivaGabaritoPism3.pdf>



• https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasil_votogovernadores1986.png



• http://http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chico_Mendes_198.png?usel8ang=pt-br



• http://commons.wikimedia.org/wiki/TempestadeFile:_Sao_Goncalo.jpg?uselang=pt-br



• http://webeduc.mec.gov.br/enchentes/imgs/Itaipava_Petropolis_2011.jpg



• http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0b/Benkos_Bioho.jpg



• http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MST_06142007.jpg



• http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rede_Globo_logo_and_wordmark_1975.jpg?uselang=pt-br



• <http://http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rede-manchete-logo.jpg>



• http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Primeiro_logo_Bandeirantes.gif?uselang=pt-br



• <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:SBTlogotipo.jpg?uselang=pt-br>



• http://http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Logos_da_Record.png

Atividade 1

Você deverá ser capaz de diferenciar a luta contra a Ditadura Militar por meio da mobilização da sociedade civil em relação aos movimentos armados. Para tanto, por um lado, poderá ser analisada a atuação de intelectuais, estudantes, artistas, UNE, CNBB, OAB, ABI que denunciavam as arbitrariedades do governo militar, a falta de liberdade e as formas tradicionais de ensino através do fotojornalismo, de charges, músicas, literatura e passeatas; bem como os sindicatos que faziam greves contra o "arrocho" salarial. Por outro lado, deverão ser analisadas a guerrilha, a atuação do PC do B no Pará (Araguaia), ANL (Ação Nacional Libertadora) e Vanguarda Popular Revolucionária que usavam como estratégia a luta armada por acreditarem no fechamento das possibilidades democráticas de resolução através de diálogo. Também poderão ser indicados os assaltos a bancos e sequestros para financiar o conflito armado.

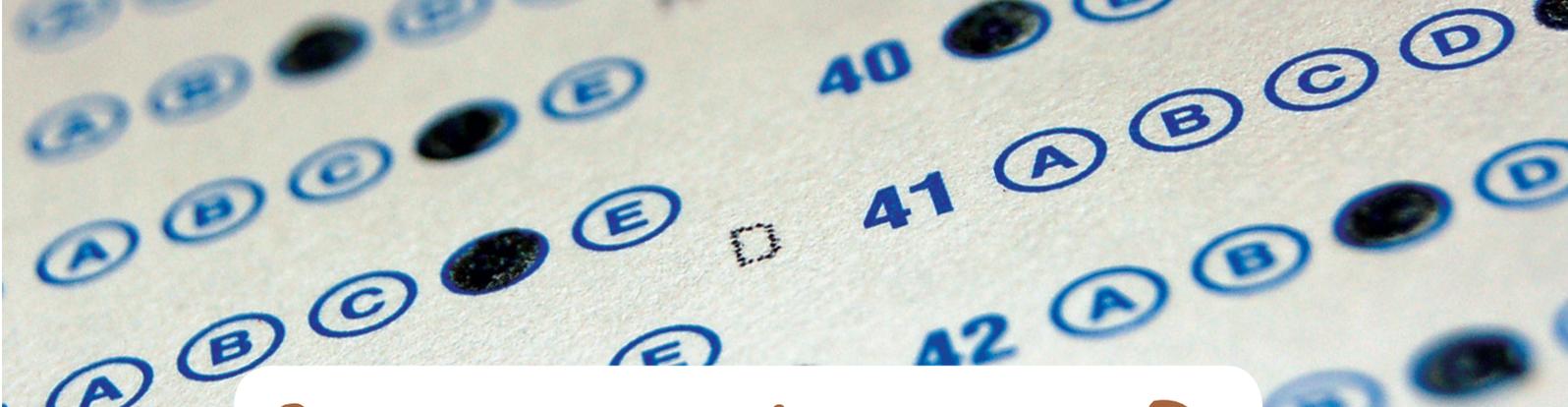
Atividade 2

Você deverá elaborar um texto enfatizando que os problemas ambientais estão associados à falta de alguns direitos sociais, tais como habitação e saneamento básico. Por outro lado, deverá destacar que o cidadão tem o dever de cuidar do meio ambiente descartando o lixo em local adequado, evitando ocupar regiões de risco socioambiental como margens de rios e encostas. Por sua vez, cabe ao Estado promover uma política de bem-estar social aliada ao respeito ao meio ambiente. Para tanto, é necessário fiscalizar e atuar na garantia de direitos sociais.

Atividade 3

Você deverá ser capaz de fazer um pequeno texto sobre a importância da televisão no acesso a informação e ao entretenimento.





O que perguntam por aí?

Questão 1 (Enem 2009)

Um aspecto importante derivado da natureza histórica da cidadania é que esta se desenvolveu dentro do fenômeno, também histórico, a que se denomina Estado-nação. Nessa perspectiva, a construção da cidadania na modernidade tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a Nação.

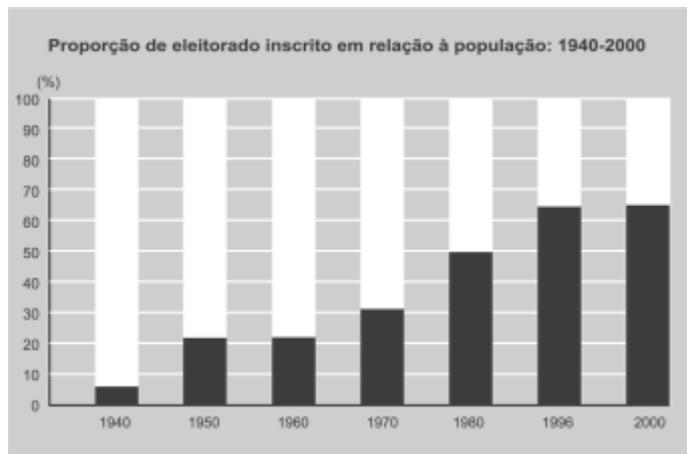
CARVALHO, J.M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. In: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2004 (adaptado).

Considerando-se a reflexão acima, um exemplo relacionado a essa perspectiva de construção da cidadania é encontrado:

- em D. Pedro I, que concedeu amplos direitos sociais aos trabalhadores, posteriormente ampliados por Getúlio Vargas com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- na Independência, que abriu caminho para a democracia e a liberdade, ampliando o direito político de votar aos cidadãos brasileiros, inclusive às mulheres.
- no fato de os direitos civis terem sido prejudicados pela Constituição de 1988, que desprezou os grandes avanços que, nessa área, havia estabelecido a Constituição anterior.
- no Código de Defesa do Consumidor, ao pretender reforçar uma tendência que se anunciava na área dos direitos civis desde a primeira constituição republicana.
- na Constituição de 1988, que, pela primeira vez na história do país, definiu o racismo como crime inafiançável e imprescritível, alargando o alcance dos direitos civis.

Resposta: E

Questão 2 (Enem 2011)



GOMES, A. *et al.* **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

A análise da tabela permite identificar um intervalo de tempo no qual uma alteração na proporção de eleitores inscritos resultou de uma luta histórica de setores da sociedade brasileira. O intervalo de tempo e a conquista estão associados, respectivamente, em

- a. 1940-1950 – direito de voto para os ex-escravos.
- b. 1950-1960 – fim do voto secreto.
- c. 1960-1970 – direito de voto para as mulheres.
- d. 1970-1980 – fim do voto obrigatório.
- e. 1980-1996- direito de voto para os analfabetos.

Resposta: E

